UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

ANDREW SANTOS DE SOUZA

TERMOS E CONCEITOS QUE CONFORMAM O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO COGNITIVA DO CAMPO DE ESTUDOS SOBRE INOVAÇÃO INCLUSIVA

Recife
2023

ANDREW SANTOS DE SOUZA

TERMOS E CONCEITOS QUE CONFORMAM O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO COGNITIVA DO CAMPO DE ESTUDOS SOBRE INOVAÇÃO INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Gestão da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Nadi Helena Presser

Recife

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Souza, Andrew Santos de .
Termos e conceitos que conformam o processo de institucionalização cognitiva do campo de estudos sobre inovação inclusiva / Andrew Santos de Souza. - Recife, 2023.
35 p. : il., tab.

Orientador(a): Nadi Helena Presser
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Gestão da Informação - Bacharelado, 2023.
Inclui referências, apêndices, anexos.

1. inovação inclusiva. 2. inclusão. 3. institucionalização cognitiva. I. Presser, Nadi Helena . (Orientação). II. Título.

020 CDD (22.ed.)

Serviço Público Federal
Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação
Departamento de Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

TERMOS E CONCEITOS QUE CONFORMAM O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO COGNITIVA DO CAMPO DE ESTUDOS SOBRE INOVAÇÃO INCLUSIVA

ANDREW SANTOS DE SOUZA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora, apresentado no Curso de Gestão da Informação, do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão da Informação.

TCC aprovado em 22 de setembro de 2023

Banca Examinadora:

_____

Nadi Helena Presser - Orientador(a)
Universidade Federal de Pernambuco - DCI

_____

Rinaldo Ribeiro de Melo – Examinador(a) 1
Universidade Federal de Pernambuco - DCI

_____

Arlindo Figueirôa Escobar Teixeira de Oliveira - Examinador(a) 2
Universidade Federal de Pernambuco – Doutorando do PPGCI/UFPE

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha profunda gratidão a Deus, cuja orientação e apoio constantes tornaram possível a conclusão deste trabalho. Sua sabedoria e inspiração guiaram meus passos ao longo desta jornada acadêmica, e Sua graça sustentou-me nos momentos de desafio.

Além disso, quero estender meus sinceros agradecimentos à minha orientadora, Professora Nadi Helena Presser. Sua orientação diligente, paciência e expertise foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Suas valiosas contribuições e conselhos moldaram não apenas o conteúdo deste TCC, mas também meu crescimento como estudante e pesquisador. Sua dedicação ao meu sucesso acadêmico é inestimável, e sou imensamente grato por tê-la como mentora.

Este trabalho representa não apenas minha dedicação e esforço, mas também o apoio inabalável daqueles que estiveram ao meu lado. A todos vocês, meu mais profundo obrigado.

RESUMO

Esta pesquisa foca em alguns aspectos da institucionalização cognitiva que conformam o processo de institucionalização do campo de estudos sobre inovação inclusiva. O problema que foi investigado ao longo do estudo é: Quais são os principais termos e conceitos adotados na comunicação científica da área da inovação inclusiva? A pesquisa tem como objetivo geral analisar termos e conceitos relativos à inovação inclusiva no que diz respeito à institucionalização cognitiva deste campo. Os objetivos específicos são: identificar os termos relacionados à inovação inclusiva mais utilizados pela comunidade científica na sua comunicação; encontrar a distribuição de frequência das palavras-chave; apresentar uma sistematização dos conceitos referentes à inovação inclusiva, de forma a traçar as correlações conceituais vigentes entre os principais autores. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa descritiva e qualiquantitativa, focou sua investigação nos artigos publicados na base de dados *Web of Science* e *Scopus* e usou o *software VantagePoint*® para proceder as análises. Os termos identificados - inclusão, crescimento, desenvolvimento, conhecimento, tecnologia e empreendedorismo - são bastante comuns na literatura sobre inovação inclusiva. As palavras inovação e inovação inclusiva representam os termos de maior frequência e ocorrência pelos pesquisadores nos 189 artigos recuperados. Nossa conclusão é que os conceitos e modelos estabelecidos demonstram aproximações aos preceitos da Inovação Inclusiva: uma ação de inovação para os mais necessitados; indivíduos "pobres" como beneficiário desta ação; a participação destes agentes nos processos de inovação e o aceno positivo para o intercâmbio de comunicação, conhecimentos, participação e aprendizagem no decurso do processo.

Palavras-chave: inovação inclusiva; inclusão; institucionalização cognitiva.

ABSTRACT

This research focuses on some aspects of the cognitive institutionalization that shapes the institutionalization process of the field of studies on inclusive innovation. The problem that was investigated throughout the study is: What are the main terms and concepts adopted in scientific communication in the area of inclusive innovation? The research has the general objective to analyzing the terms and concepts relating to inclusive innovation with regard to the cognitive institutionalization of this field. The specific objectives are: to identify the terms related to inclusive innovation most used by the scientific community in their communication; find the frequency distribution of keywords; present a systematization of concepts relating to inclusive innovation, in order to outline the conceptual correlations in force between the main authors. Descriptive and quantitative research focused its investigation on articles published in the Web of Science (WoS) and Scopus databases and used VantagePoint® software to carry out the analyses. The terms identified - inclusion, growth, development, knowledge, technology and entrepreneurship - are quite common in the literature on inclusive innovation. The words innovation and inclusive innovation represent the terms with the highest frequency and occurrence by researchers in the 189 articles retrieved. Our conclusion is that the established concepts and models demonstrate approximations to the precepts of Inclusive Innovation: an innovation action for those most in need; “poor” individuals as beneficiaries of this action; the participation of these agents in innovation processes and the positive support for the exchange of communication, knowledge, participation and learning during the process.

Keywords: inclusive innovation; inclusion; cognitive institutionalization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **8**

2 REVISÃO TEÓRICA **12**

2.1 DISTINGUINDO INOVAÇÃO INCLUSIVA INOVAÇÃO TRADICIONAL **12**

2.2 DEFININDO INOVAÇÃO INCLUSIVA **16**

3 **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS** **19**

3.1 COLETA DE DADOS **19**

3.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS **21**

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES **23**

4.1 OS PRINCIPAIS TERMOS DA INOVAÇÃO INCLUSIVA **23**

4.2 OS PRINCIPAIS CONCEITOS DE INOVAÇÃO INCLUSIVA **26**

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS **31**

REFERÊNCIAS **33**

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está inserido no projeto de pesquisa da orientadora denominado: Inovação Inclusiva: projetando recursos de informação no setor informal de tapioca. O referido projeto tem como objeto de estudo as pessoas que atuam no setor informal de produção e venda da tapioca e o *locus* de atuação que se concentra na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco. O objetivo geral do projeto da orientadora é expandir o horizonte de informação das pessoas que atuam no setor informal de produção e venda da tapioca, na perspectiva de contribuir na inovação dos processos, serviços e produtos, observando os princípios de inclusão.

Logo, este TCC foi desenvolvido ao longo do curso de Gestão de Informação, como membro do Grupo de Pesquisa Prospecção e Práxis em Gestão da Informação, e em algumas pesquisas de Iniciação Científica PIBIC/UFPE[1], como bolsista, ambos os trabalhos tendo na liderança e supervisão a orientadora deste TCC.

O conceito de inovação inclusiva surgiu nos países em desenvolvimento onde a pobreza de grande parte da população provoca a sua exclusão não só dos benefícios do avanço tecnológico, mas também da satisfação das suas necessidades básicas, por exemplo, acesso à água, cuidados de saúde, etc. (Cozzens; Sutz, 2012).

A inovação pode levar à exclusão de partes da população dos benefícios da inovação e na avaliação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), isso é ilustrado por desequilíbrios substanciais entre os ganhos econômicos e sociais da inovação tecnológica na maioria das economias avançadas. Em muitos países membros da OECD e em muitas economias emergentes, a diferença entre ricos e pobres aumentou nas últimas décadas, embora as taxas de crescimento também tenham aumentado (OECD, 2011).

A inovação inclusiva se apresenta como uma estratégia de viabilizar o acesso econômico aos bens e serviços para grandes massas da população mais necessitadas por meio da inovação. Porém, o interesse e o propósito da inovação inclusiva não é apenas promover o crescimento, mas atender os grupos de baixa renda, os segmentos mais pobres e excluídos de muitos benefícios oferecidos pela sociedade, inovando de tal maneira que seu bem-estar aumente (OECD, 2013). É, portanto, um tipo de inovação

[1] Agradecemos à UFPE, pelo fornecimento da Bolsa de Iniciação Científica PIBIC que viabilizou a execução desta pesquisa.

que leva ao crescimento inclusivo. O objetivo da inovação inclusiva não é apenas alcançar taxas de crescimento mais altas, mas também uma distribuição de renda mais igualitária. Inovação inclusiva, nesse sentido, pode se referir à inclusão social, geográfica e industrial.

A discussão sobre a relação entre inovação e desenvolvimento inclusivo atrai cada vez mais atenção na academia, nos negócios, nas instituições nacionais e internacionais que lidam com questões de desenvolvimento. Esse processo institucionaliza a inovação inclusiva como um campo científico.

Todavia, a questão da institucionalização de um campo científico se materializa na extensão do processo e se representa em função de quanto esse processo é reconhecido pela comunidade científica. Nesta pesquisa, apresentam-se noções de desenvolvimento científico conforme a visão de Whitley (1974), para o qual duas dimensões de institucionalização podem ser consideradas: a institucionalização cognitiva e a institucionalização social. Em ambas as dimensões, a realidade científica do campo é resultante das ações dos cientistas.

A primeira, a institucionalização cognitiva, diz respeito ao grau de consenso e a clareza de conceitos, a pertinência dos problemas colocados, as formulações utilizadas, a aceitação de soluções, dos métodos, das técnicas ou dos instrumentos apropriados, a capacidade comum de distinguir o domínio entre os demais e de determinar se um problema é relevante (Whitley, 1974). Por outro lado, a institucionalização social, diz respeito a criação e a manutenção de estruturas formais que demarcam os membros da comunidade científica e promovem as bases de uma identidade social (Whitley, 1974).

Esta pesquisa foca unicamente na institucionalização cognitiva que conforma o processo de institucionalização do campo de estudos sobre inovação inclusiva. E, com base no exposto, o problema investigado ao longo deste estudo foi: **Quais são os principais termos e conceitos adotados na comunicação científica da área da inovação inclusiva?**

Na realidade, o crescimento desse modo alternativo ou modificado de inovação - a inovação inclusiva -, foi acompanhado por um crescimento de interesse político e acadêmico, impulsionado, particularmente, por uma percepção da realidade com uma crescente desigualdade. Essa desigualdade - além de ser inerentemente problemática - também é vista como um obstáculo ao desenvolvimento social e econômico no longo prazo (Stiglitz, 2012), incluindo um país como o Brasil, especificamente, o nordeste brasileiro.

Portanto, vemos um engajamento crescente com a inovação inclusiva de organizações internacionais, como o Banco Mundial e OECD (2013), por governos nacionais como a Índia (OAPM, 2011) e China e por multinacionais do Norte e do Sul, como Unilever e Tata (Chataway; Hanlin; Kaplinsky, 1960). De mãos dadas com essa atividade cresceu um envolvimento intelectual com a inovação inclusiva.

A justificativa em querer compreender o fenômeno da Inovação Inclusiva e sua inserção no universo científico nacional e internacional se deve ao fato de o grau de institucionalização ser um fator importante no processo do desenvolvimento científico, pois reflete a coerência e a articulação das ideias científicas desse campo, revelando sua autonomia. Quando os membros integrantes de uma mesma comunidade científica compartilham objetivos, métodos, problemas, ideias, resoluções e ações práticas e teóricas, isso reflete um alto grau de institucionalização. Whitley (1974, p. 70, tradução nossa) destaca que, "a ciência consiste em uma variedade de estruturas cognitivas com diferentes níveis de fechamento, e a coerência, a articulação e o modo de variação dessas estruturas tem consequências no seu desenvolvimento".

Assim, o campo da inovação inclusiva só irá conquistar um alto grau da comunidade científica se há um consenso no que diz respeito ao universo do campo e ao modo de estudá-lo (Whitley, 1974). Um baixo nível de institucionalização cognitiva refere-se a um baixo nível de ordem intelectual, pois reflete pouco compromisso e ausência de consenso.

O **objetivo geral** desta pesquisa é analisar termos e conceitos relativos à inovação inclusiva no que diz respeito à institucionalização cognitiva deste campo.

Os **objetivos específicos** são os que seguem:

I. Identificar os termos relacionados à inovação inclusiva mais utilizados pela comunidade científica na sua comunicação.
II. Encontrar a distribuição de frequência das palavras-chave.
III. Apresentar uma sistematização dos conceitos referentes à inovação inclusiva, de forma a traçar as correlações conceituais vigentes entre os principais autores.

Do ponto de vista científico e de formação do pesquisador, este estudo exigiu tempo, imersão na pesquisa e treinamento do *software VantagePoint* e de acesso às bases de dados nacionais e internacionais. O uso do *software* apresentou grande desafio e certa dificuldade de aprendizagem e de aplicação prática. Indicado como ferramenta

de tratamento de dados, o referido *software* foi estudado, manipulado e usado em um treinamento sobre domínio, recuperação da informação, busca facetada, limpeza, filtros e exportação de dados.

As bases de dados viabilizaram acesso a uma coleção relevante de recursos de informação para a pesquisa disponíveis para consulta on-line. O acesso à informação científica atualizada é fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico. O meio facilitador para pesquisadores acompanharem a produção científica da sua área é por meio das revistas científicas, que por sua vez, estão reunidas em portais e base de dados de periódicos. Aprender a acessar as bases de dados foi outra grande contribuição desta pesquisa.

2 REVISÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica consiste no embasamento a respeito das áreas temáticas deste estudo por meio de fontes documentais ou bibliográficas. Nesta seção são citadas as literaturas mais relevantes e atuais sobre o assunto da inovação inclusiva, apontando os autores que foram consultados.

2.1 DISTINGUINDO A INOVAÇÃO INCLUSIVA DA INOVAÇÃO TRADICIONAL

A OECD (2013) aponta que a inovação se relaciona com a desigualdade por seu impacto direto na distribuição de renda, pois a inovação favorece pessoas altamente qualificadas e que assumem riscos. A inovação é inclusiva não apenas fornecendo bens e serviços baratos e acessíveis de boa qualidade de forma sustentável, mas também elevando a renda das classes sociais mais baixas, proporcionando-lhes empregos, salários mais altos, possibilidades de educar seus filhos, novos desafios e autonomia. O que vale para as classes sociais também pode ser válido para regiões geográficas (redução de desigualdades regionais), setores da economia (rejuvenescendo de setores em declínio), oportunidades de trabalho por gênero e idade.

Nos debates sobre globalização e competitividade, a inovação é frequentemente representada como fornecendo oportunidades e condições para os países em desenvolvimento participarem da economia mundial. A inovação é vista como uma maneira potencial pela qual os países de baixa renda podem fortalecer a posição competitiva de suas empresas nas cadeias globais de valor (Gereffi; Humphey; Sturgeon, 2005; Kaplinsky, 2000). Todavia, a partir de Papaioannou (2014) se compreendeu que a abordagem da temática “inovação inclusiva” teve maior repercussão nos países em desenvolvimento, uma vez que, ao que parece demonstrar, a inovação tradicional tende à não considerar a participação da parcela mais pobre da sociedade, não só nos benefícios tecnológicos, mas também das suas necessidades básicas.

Fica evidenciado que o interesse e o propósito da inovação inclusiva não é apenas promover o crescimento, mas promover o desenvolvimento, isto é, atender os grupos de baixa renda, o segmento dos trabalhadores do setor informal mais pobres e excluídos de muitos benefícios oferecidos pela sociedade, inovando de tal maneira que seu bem-estar aumente (OECD, 2013).

Pelo que se observa, de uma maneira quase geral, que a inovação tradicional que se pratica, não agrega condições para que pequenos produtores do setor informal,

particularmente em países de baixa renda, aumentem a competitividade. Pelo contrário, argumentam e assumem que esses produtores desempenham apenas um papel limitado nas economias formais, nos mercados internacionais e na globalização. O modelo de desenvolvimento de setor duplo de Lewis (1960) incluiu a teoria do "gotejamento" que pressupõe que o crescimento econômico e a tecnologia fluam dos ricos de cima para os pobres de baixo.

Pode-se então argumentar com Papaioannou (2014) que necessidades naturais e sociais inter-relacionadas podem ser consideradas como critérios alternativos de avaliação de inovação inclusiva. O foco aqui não está apenas nos resultados da inovação, ou seja, na equidade na distribuição de novos bens e serviços que satisfaçam as necessidades básicas, mas também no processo de inovação, ou seja, na participação na geração desses novos bens e serviços para as necessidades básicas. O acordo e a elaboração de um índice de necessidades básicas só podem ser alcançados por meio da participação democrática em situações e comunidades de desenvolvimento específicas. Isso assume a forma de envolvimento igual na tomada de decisões e implica um processo de política de baixo para cima que é diferente do processo de cima para baixo.

No geral, as questões até aqui debatidas caracterizam a inovação inclusiva integrando uma distribuição mais equitativa dentro do próprio processo de inovação, promovendo a igualdade no acesso, enquanto a abordagem convencional à inovação aborda a questão da igualdade apenas *ex post*, pela redistribuição de ganhos. Outra diferença importante entre as duas abordagens é que a inovação inclusiva introduz uma mudança de paradigma - mais desempenho é produzido com menos recursos para muitas pessoas. As abordagens convencionais, por outro lado, enfocam mais desempenho, geralmente também com mais recursos, enquanto a questão do “tamanho dos beneficiários” não é uma questão levada em conta.

A abordagem tecnológica apropriada (Schumacher, 1979) estimulou as agências de desenvolvimento ocidentais a projetar tecnologias simples que ajudariam pequenos produtores pobres em países de baixa renda a sair da pobreza. A abordagem do conhecimento indígena assume a posição de que o conhecimento e os mercados locais devem ser aproveitados (Cozzens; Sutz, 2012). Porém, nenhuma dessas abordagens convencionais leva em consideração a capacidade local de inovação como parte da realidade dos pequenos produtores nos países em desenvolvimento. Em vez disso, eles veem esses produtores presos a padrões de formas tradicionais e indígenas de produção. Trata-se de uma visão de que a inovação é algo que só é realizado de maneira

significativa quando um país atinge um nível considerável de avanço econômico. A inovação, nessa visão, não é uma atividade particularmente relevante, importante ou útil para a grande maioria das empresas de baixa e média renda em países em desenvolvimento (Caniëls; Romijn, 2007).

Todavia, um estudo de Veten, Haan e Groot (2009) questiona essa suposição e analisa exemplos que sugerem que a inovação é uma via potencial para pequenos produtores de baixa renda em países em desenvolvimento. Por exemplo, no norte do Vietnã, vários grupos de pequenos produtores envolvidos em artesanato tradicional introduziram novas tecnologias, novos produtos e aplicaram novas práticas de negócios nos últimos anos, expandindo suas vendas nos mercados doméstico e internacional (Voeten; Haan; Groot, 2009). De acordo com esses autores, o pensamento econômico convencional pode ter assumido que tais ofícios tradicionais eventualmente desaparecerão como resultado da modernização das economias desses países, com base na crença de que as tecnologias tradicionais de produção são convencionais e atrasadas e não são adequadas às condições do mercado global. No entanto, os exemplos vietnamitas sugerem o contrário e são a base para uma maior exploração do grau em que esses sucessos são o resultado da inovação e se isso tem implicações mais amplas.

No entanto, antes de fazer isso, há um desafio metodológico que primeiro precisa ser abordado: como sabemos se algo é realmente uma inovação? Na teoria econômica atual, inovação é um conceito muito amplo, amplamente definido em termos de economias ocidentais. Muitos dos envolvidos no estudo da inovação interpretam seu significado de maneiras diferentes.

Além disso, o termo inovação não é isento de valor: atualmente, praticamente todos os atores sociais das economias ocidentais, sejam empresas, serviços públicos ou instituições de ensino, afirmam ser "inovadores". Para Voeten, Haan e Groot (2009) resta a dúvida se a teoria econômica contemporânea, com seus conceitos e definições existentes, fornece um instrumento adequado para avaliar a inovação em grupos de pequenos produtores em países em desenvolvimento. Nesse sentido, também a análise da inovação no Vietnã pode fornecer informações úteis para definir e avaliar a inovação.

Empreendedorismo e inovação são dois dos conceitos mais difundidos de nossos tempos, de acordo com a análise de Szirmai, Naudé e Goedhuys (2011), embora, segundo eles, ainda existem lacunas nas interações entre empreendedorismo e inovação, principalmente nos países em desenvolvimento. Para preencher essa lacuna, os autores se concentram no nexo empreendedorismo-inovação-desenvolvimento, baseando-se

fortemente em evidências empíricas de países em desenvolvimento. As experiências entre países e países individuais trazidas pelos autores abrangem países tão diversos quanto Etiópia, Índia, Turquia, Vietnã e o exame de lições de economias avançadas, como a Finlândia. Três conjuntos de perguntas são abordadas por Szirmai, Naudé e Goedhuys (2011):

a. Qual o impacto do empreendedorismo e da inovação no crescimento e desenvolvimento?
b. O que determina o desempenho inovador dos empreendedores nos países em desenvolvimento?
c. Qual o papel do ambiente institucional na definição da extensão e do impacto das atividades inovadoras?

Uma mensagem importante trazida por Szirmai, Naudé e Goedhuys (2011) é que a inovação empreendedora é frequentemente vigorosa nos países em desenvolvimento, seja por meio de pequenas empresas, grandes empresas nacionais ou multinacionais, mas nem sempre realiza todo o seu potencial. Isso se deve, na análise desses autores, a restrições institucionais, à ausência da combinação apropriada de diferentes tipos de pequenas e grandes empresas nacionais e estrangeiras, e à capacidade insuficientemente desenvolvida da empresa. As contribuições fornecem uma melhor compreensão dos determinantes e impactos da inovação nos países em desenvolvimento e das políticas e instituições que apoiam ou dificultam a inovação.

Segundo Papaioannou (2014), as inovações podem incluir pessoas e lugares, desde que possam satisfazer as necessidades básicas de maneira equitativa e participativa. Daí se segue que os modelos emergentes de inovação não podem ser rotulados como inclusivos, a menos que exista evidência de igual satisfação das necessidades humanas básicas em contextos específicos de desenvolvimento. Essa evidência não deve afetar apenas a difusão de inovações emergentes, mas também sua geração. Pode-se argumentar que a inclusão da primeira depende da inclusão da segunda (Papaioannou, 2014).

Pode-se concluir com Papaioannou (2014), que, se as condições de geração de inovações não forem equitativas e participativas (por exemplo, de baixo para cima, envolvendo igualmente os pobres e levando em conta suas necessidades), os produtos finais, não importa quão inovadores eles sejam, serão exclusivos dos pobres e de suas necessidades básicas. O que esse autor quer sublinhar é que a possibilidade da inovação inclusiva no capitalismo globalizador do século XXI depende de a própria geração de

novos produtos e serviços permitir processos de baixo para cima (*bottom-up*) de equidade e participação para determinar as necessidades básicas que eles satisfarão.

2.2 DEFININDO INOVAÇÃO INCLUSIVA

Como vimos na introdução deste TCC, Whitley (1974) entende que para avaliar uma área científica é necessário analisar sua institucionalização. Isso é realizado, segundo o autor, por meio de seus processos desenvolvidos, seu grau de coerência, a clareza do seu arcabouço teórico e metodológico, sua estrutura conceitual, a divulgação de seus resultados e a articulação entre seus pesquisadores. Para esse autor, "os cientistas são seres sociais e a ciência é uma atividade social e o entendimento científico é uma expressão dessa atividade" (Whitley, 1974, p. 71, tradução nossa). E, nessa perspectiva, institucionalização "se refere primeiramente à padronização de ações e significados", enquanto "o nível de coerência e organização de ações e percepções e a extensão das articulações mediante a aderência das ideias, constituem o nível de institucionalização" (Whitley, 1974, p. 71, tradução nossa).

Todavia, os níveis de análise de uma área, não necessariamente servirão para ser empregados em outras, pois, de acordo com Martins (2014), já que mesmo possuindo expectativas comuns, o sistema de valor empregado para explanação ideal nem sempre apresentará resultados semelhantes. Dessa forma, segundo Martins (2014), a institucionalização deverá ser avaliada em uma determinada área, e esta será considerada altamente institucionalizada quando apresentar estudos comuns relativos aos seus objetivos, métodos e fundamentação. Também, por intermédio desse aspecto, identifica-se o reconhecimento da identidade cognitiva que, quanto mais clara, melhor identifica determinada área de outras e o conhecimento latente por trás de sua situação problemática das demais áreas, por seus pesquisadores.

A institucionalização cognitiva tem como base a compreensão de que é necessário um nível de entendimento considerável, alcançado em determinada área. A institucionalização cognitiva se refere ao nível de consenso e claridade de formulação, critérios de relevância problemática, definição e aceitabilidade de soluções assim como as técnicas apropriadas utilizadas e instrumentação (Whitley, 1974). Uma clara evidência da desarticulação relativa à institucionalização cognitiva se alicerça na ausência de definições comuns e uso de termos técnicos, sendo atribuídas expressões de linguagens que não estão enquadradas em jargões especializados e relativamente

autônomos. A consequência dessa hibridez conceitual resulta em um sistema de ideias que acaba por explicar a mesma coisa, utilizando termos e/ou conceitos expressos variavelmente.

A partir desses esclarecimentos sobre institucionalização cognitiva vamos agora iniciar o debate sobre a definição de inovação inclusiva.

Heeks, Foster e Nugroho (2014) realizaram uma investigação acerca da inovação a partir do qual os autores descrevem a existência de abordagens convencionais de inovação, servindo de base para estudos comparativos com os modelos atuais, mais inclusivos e sociais. Surgiram assim abordagens alternativas, entre elas a Inovação Inclusiva, um conceito novo e crucial para o enfrentamento aos desafios decorrentes do desenvolvimento excludente, tanto no contexto social como no econômico. Esse modelo se concentra na busca de novas maneiras de produzir produtos, serviços ou processos que atendam às necessidades dos grupos vulneráveis menos favorecidos, ou mais necessitados (Papaioannou, 2014; Bryden *et al*., 2017).

Algumas pesquisas voltadas à Inovação Inclusiva já se fazem presentes em trabalhos acadêmicos há quase uma década. Heeks *et al.* (2013) apresentam evidências concretas do interesse acerca deste conceito e revelam que este tema está presente em discussões em contextos multivariados, que vão desde a atividade acadêmica à política governamental. Iniciou suas discussões ainda em 2010, quando a Índia colocou em pauta a Inovação Inclusiva como elemento político central, além da Tailândia, que incorporou a Inovação Inclusiva em suas políticas, e, também a China, que apresentou forte interesse na temática.

De acordo com o relatório Globelics (Johnson; Andersen, 2012), os conceitos de inovação inclusiva e desenvolvimento inclusivo têm conquistado adesões mais recentes e demonstram que estão em ascensão, sendo utilizados com frequência cada vez maior por organizações internacionais como o Banco Mundial (BM) e as Organizações das Nações Unidas (ONU). Johnson e Andersen (2012) acreditam que o interesse em estudar o fenômeno esteja relacionado aos casos históricos e atuais sobre os processos de inovação e da construção do próprio futuro que têm incluído os grupos mais marginalizados e, assim, contribuído com a sociedade como um todo. São casos que circundam o crescimento econômico, os indicadores sociais, de saúde e ambientais, nos países ainda pouco desenvolvidos e concomitantemente, com a crescente pobreza que se alastra, dividindo classes sociais, grupos étnicos e regiões.

Contudo, é importante destacar com Sen (1999), que a pobreza não está estritamente relacionada ao fator econômico, mas também à privação de capacidades e, portanto, das liberdades substantivas de que as pessoas precisam para viver o tipo de vida que valorizam, motivo pelo qual muitos são excluídos da corrente principal do desenvolvimento.

Por isso, há uma necessidade real de buscar modelos mais atuais de inovação, que visem incluir os grupos e as pessoas mais necessitadas (Bryden *et al*., 2017) em sua agenda de desenvolvimento.

Várias definições de inovação inclusiva foram propostas, entre outras, a seguinte: inovação inclusiva refere-se à inovação que inclui grupos de pessoas que geralmente são excluídos dos processos formais de inovação. O grupo é geralmente formado por pessoas de renda mais baixa, embora também possa se referir a gênero, grupos etários, regiões, etnias, e assim por diante. A inclusão na inovação pode significar ser envolvido como ator da inovação (inovação inclusiva de base), sendo considerada relevante para o processo de inovação, ou simplesmente se beneficiar diretamente ou indiretamente da inovação (inovação frugal) (Foster; Heeks, 2013).

Foster e Heeks (2013, p. 335) definem a inovação inclusiva como "a inclusão em algum aspecto da inovação de grupos atualmente marginalizados". Como os próprios autores constatam, isso sugere uma discussão mais aprofundada sobre dois aspectos da definição, a fim de conceitualizar com mais detalhes a inovação inclusiva.

A primeira questão é a da identidade: quais grupos são vistos como historicamente marginalizados ou excluídos e como poderão ser incluídos por novas abordagens de inovação. Grupos identificados como foco de inovação inclusiva incluem mulheres, jovens, deficientes e minorias étnicas (Codagnone, 2009). Mas o foco principal tem sido os pobres: aqueles com renda mais baixa, que podem ser definidos como menos de US $1,25 ou US $2,00 ou US $2,50 por dia.

A segunda questão é em qual "aspecto" da inovação o grupo marginalizado deve ser incluído. O principal contraste é entre aqueles que pensam que a exclusão pode ser tratada simplesmente em termos de produtos de inovação versus aqueles que pensam que os grupos marginalizados devem ser incluídos nos processos de inovação.

Não há uma resposta certa aqui, mas é preciso reconhecer em qualquer programa sobre inovação inclusiva - seja uma política, uma declaração pública, um trabalho de pesquisa - qual grupo e que tipo de inclusão está subjacente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pesquisa descritiva e qualiquantitativa, focou sua investigação nos artigos publicados na base de dados Web of Science (WoS) e Scopus, pois as mesmas têm cobertura internacional e são mais exaustiva do ponto de vista de cobertura desse domínio.

Inicialmente, a orientadora nos reuniu, com mais outros membros do grupo de pesquisa Prospecção e Práxis em Gestão da Informação e foi discutido os principais conceitos de institucionalização social e cognitiva de uma ciência e sobre o conceito e os tipos de inovação inclusiva.

Para a sistematização dos principais conceitos de inovação inclusiva, a Teoria do Conceito apresentou-se como uma proposta de método analítico elaborado para propiciar clareza sobre a natureza e a estrutura dos conceitos. De acordo com Dahlberg (1978), com a ajuda das linguagens naturais é possível formular enunciados a respeito dos conceitos. É em base a tais enunciados que analisamos os conceitos relativos aos diversos objetos, neste estudo, à inovação inclusiva. Cada enunciado verdadeiro representa um elemento do conceito, ou seja, os enunciados verdadeiros sobre inovação inclusiva de vários autores que escrevem ou pesquisam sobre o tema fornecem o conceito desse tipo de inovação.

3.1 COLETA DE DADOS

Aqui separamos os procedimentos de coleta para identificar os termos e outro para sistematizar os conceitos de inovação inclusiva.

A coleta de dados para identificar os termos mais usados no campo da inovação inclusiva - para assegurar uma recuperação mais expressiva e significativa de artigos relevantes a serem obtidos na base de dados utilizada fez-se necessária ampliar a quantidade de palavras-chave anteriormente estabelecidas. Para este processo foi utilizada a base de dados Web of Science, em que se considerou recuperar artigos e revisões publicadas no período de 2000 a 2021. Efetuada a busca pelos termos "*Inclusive Innovation*" disposta no Título, Palavra-chave ou Palavra-chave Plus. Cabe registrar que na estratégia de busca admitiu-se o uso do recurso de "operadores de adjacência", a fim de contemplar até no máximo 5 termos adjetivando / modificando o termo "*Inclusive Innovation*".

A coleta de dados para sistematização dos principais conceitos de inovação inclusiva - inicialmente foi realizado o levantamento bibliográfico, identificada a literatura relevante sobre Inovação Inclusiva, com uma estratégia de busca como apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 – Estratégia de busca aplicada

Base	Expressão de Busca	Configurações
Scopus	*"inclusive innovation*"*	Padrão, busca simples, em todos os idiomas e tipos de documento, uso de caracteres coringas (asterisco, aspas e chaves) para recuperação de documentos com a expressão de busca precisa e suas variantes no plural.
Web of Science	*{inclusive innovation}*	

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2022).

Abrangendo o período de publicações de 2000 a 2021, conforme discriminado na Tabela 1, seguem os resultados das buscas nas bases *Web of Science* e *Scopus* com a expressão de busca ―*inclusive innovation"*.

Tabela 1 - Resultado das buscas

Bases	Jun/2000	Fev/2021	Total
WOS	112	17	129
SCOPUS	165	14	179
Total Geral		**308**	

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2022).

Todavia, após varredura e remoção de duplicatas, o *software VantagePoint*® detectou 95 arquivos repetidos, restando o universo da pesquisa em 213 publicações. Em seguida, foram identificados os autores principais, delimitando assim, o *corpus* de pesquisa. Usando o *VantagePoint*®, encontrou-se um *ranking* de 532 autores, seguido o

critério de maior número de citações no período compreendido. Para efeito desta pesquisa foram considerados os cinco primeiros autores mais bem posicionados (Tabela 2).

Tabela 2 – Cinco trabalhos mais citados

Autores	Nº Citações
GEORGE, G.; MCGAHAN, A. M.; PRABHU, J.	311
SMITH, A.; FRESSOLI, M.; THOMAS, H.	181
FOSTER, C.; HEEKS, R.	119
SONNE, L.	64
GUPTA, A. K.	63

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2022).

3.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Aqui também separamos a análise e interpretação dos dados para identificar os termos e outro para sistematizar os conceitos de inovação inclusiva.

A análise e interpretação dos dados dos termos mais usados no campo da inovação inclusiva - inicialmente foi realizada uma limpeza, agrupando os termos semelhantes. Outra limpeza foi realizada, na qual foram agrupados os termos similares que se referiam aos títulos e às palavras-chave. Como resultado, foram identificados o uso dos termos referentes aos estudos e às pesquisas aplicadas à temática "inovação inclusiva".

Todos os termos foram transferidos para uma planilha *Excel*. A lista de frequência de ocorrência dos termos mostrou as abordagens mais adotadas.

Em seguida, foi utilizado o *software VantagePoint* para construir uma matriz de relacionamento de coocorrência dos termos aplicados à temática "inovação inclusiva", os quais descrevem a institucionalização cognitiva da área.

A análise e interpretação dos dados dos principais conceitos de inovação inclusiva partindo da intencionalidade qualitativa, buscou-se identificar, em meio a leitura aprofundada dos artigos recuperados dos cinco trabalhos mais citados, os conceitos e os elementos teóricos metodológicos subjacentes, referentes ao tema do recorte estipulado.

De acordo com Dahlberg (1978), todo enunciado sobre objetos contém um elemento do respectivo conceito. Estes elementos identificam-se com as chamadas características dos conceitos e traduzem os atributos das coisas designadas.

Pode-se então dizer que os elementos do conceito são obtidos pelo método analítico sintético (Dahlberg, 1978). Cada enunciado apresenta (no verdadeiro sentido de predicação) um atributo predicável do objeto que, no nível de conceito, se chama característica. Muitas vezes não se trata de um atributo a que corresponde uma característica mas de uma hierarquia de características, já que o predicado de um enunciado pode tornar-se sujeito de novo enunciado e assim sucessivamente até atingirmos uma característica tão geral que possa ser considerada uma categoria. Entende-se aqui por categoria o conceito na sua mais ampla extensão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresenta os resultados do estudo e a discussão, uma parte muito importante da pesquisa. A discussão estabelece uma ligação entre o que foi descrito na introdução, baseado na literatura disponível sobre o assunto, e como o estudo se desenvolveu para responder aos objetivos que orientaram a conduzir a pesquisa.

4.1 OS PRINCIPAIS TERMOS DA INOVAÇÃO INCLUSIVA

Foram recuperados 189 artigos e revisões que possuíam os termos "innovation" e "inclusive" separadas por até cinco palavras. Dos artigos foram recuperados 1.051 termos. Nesta apresentação dos resultados se apresentam os termos de frequência maior ou igual a cinco (Figura 1, Quadro 1).

Figura 1 – Principais termos recuperados

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da pesquisa (2022).

Numa análise da revisão teórica deste TCC, nota-se que os termos identificados e representados na Figura 1 são bastante comuns na literatura sobre inovação inclusiva. Inclusão, crescimento, desenvolvimento, conhecimento, tecnologia e empreendedorismo são desafios voltados às pessoas localizadas na base da pirâmide social. A *grassroot innovation* ou inovação de base, é um modelo emergente de

inovação que foi conceituado pela OECD como "inovação por grupos de baixa e média renda" (OECD, 2012, p. 30).

Nas comunidades de base ou inovação abaixo do radar, os grupos de baixa renda não são apenas os consumidores-alvo, mas também os produtores inovadores (Papaioannou, 2014). Isso implica que, aproveitando o conhecimento tradicional local e as tecnologias relevantes e formando poderosas redes de ativistas, profissionais e organizações, os grupos de baixa renda introduzem inovações na resolução de seus problemas práticos em comunidades locais e no atendimento de suas necessidades básicas.

Certamente, uma investigação mais rigorosa e *insights* críticos são necessários para mostrar como as comunidades de base contribuem para melhorar os meios de subsistência das pessoas em comunidades de baixa renda. Além disso, questões também precisam ser levantadas sobre a possibilidade de promoção de tais inovações em países de alta renda. Isso porque, como enfatizam Hernán e Fressoli (2011, p. 14),

> A exclusão social não é circunscrita aos países subdesenvolvidos, é apenas mais aparente e parece mais cruel. No entanto, observando as deficiências dos sistemas de saúde, os problemas de integração social e os riscos ambientais que permeiam os chamados países “desenvolvidos”, bem como a restrição no acesso a bens e serviços, são suficientes para perceber a incapacidade da economia de mercado para resolver questões sociais fundamentais.

Tabela 3 – Frequência e ocorrência dos termos

N°	Palavras-chave	Frequência	Ocorrência	Tradução “Palavras-Chave”
1	INNOVATION	48	46	INOVAÇÃO
2	INCLUSIVE INNOVATION	34	32	INOVAÇÃO INCLUSIVA
3	TECHNOLOGY	32	32	TECNOLOGIA
4	SYSTEMS	22	22	SISTEMAS
5	POLICY	20	20	POLÍTICA
6	FRAMEWORK	18	17	ESTRUTURA
7	INCLUSIVE DEVELOPMENT	16	15	DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO
8	INNOVATION SYSTEMS	17	14	SISTEMAS DE INOVAÇÃO

9	ENTREPRENEURSHIP	15	13	EMPRESA
10	SCIENCE	13	13	CIÊNCIA
11	IMPACT	13	13	IMPACTO
12	KNOWLEDGE	12	12	CONHECIMENTO
13	GRASS-TOOTS INNOVATION	11	11	INOVAÇÃO DE GRASS-ROOTS
14	GROWTH	10	10	CRESCIMENTO
15	INDIA	10	10	ÍNDIA
16	INCLUSION	9	9	INCLUSÃO
17	INEQUALITY	9	9	DESIGUALDADE
18	MANAGEMENT	9	9	GESTÃO
19	SOCIAL INNOVATION	9	9	INOVAÇÃO SOCIAL
20	CREATIVITY	9	8	CRIATIVIDADE
21	GOVERNANCE	9	8	GOVERNANÇA
22	MARKETS	8	8	MERCADOS
23	PERFORMANCE	8	8	DESEMPENHO
24	BOTTOM	7	7	INFERIOR
25	INCLUSIVE GROWTH	7	7	CRESCIMENTO INCLUSIVO
26	MODEL	7	7	MODELO
27	PERSPECTIVE	7	7	PERSPECTIVA
28	SUSTAINABILITY	7	7	SUSTENTABILIDADE
29	BASE OF THE PYRAMID	6	6	BASE DA PIRÂMIDE
30	CHALLENGES	6	6	DESAFIOS
31	DEVELOPING-COUNTRIES	6	6	PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO
32	DYNAMICS	6	6	DINÂMICA
33	FRUGAL INNOVATION	6	6	INOVAÇÃO FRUGAL
34	NANOTECHNOLOGY	6	6	NANOTECNOLOGIA

35	POVERTY	6	6	POBREZA
36	PRODUCT	7	6	PRODUTOS
37	STRATEGY	7	6	ESTRATÉGIA
38	SUSTAINABLE DEVELOPMENT	6	6	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
39	BUSINESS MODEL	6	5	MODELO DE NEGÓCIO
40	DESIGN	5	5	PROJETO
41	DEVELOPMENT	5	5	DESENVOLVIMENTO
42	ECONOMY	5	5	ECONOMIA
43	EMERGING ECONOMIES	5	5	ECONOMIAS EMERGENTES
44	INNOVATION POLICY	5	5	POLÍTICA DE INOVAÇÃO
45	NETWORKS	5	5	REDES
46	PARTICIPATION	5	5	PARTICIPAÇÃO
47	POLITICS	5	5	POLÍTICA
48	UNIVERSITIES	5	5	UNIVERSIDADES

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da pesquisa (2022).

As palavras inovação e inovação inclusiva representam os termos de maior frequência e ocorrência pelos pesquisadores nos 189 artigos recuperados. As demais demonstram uma distribuição gradativa pelos termos tecnologias, sistemas, política, estrutura, desenvolvimento inclusivo, sistema de inovação, empreendedorismo, e assim por diante, como se lê na Tabela 3. Essa informação é relevante para destacar quais conceitos são mais enfatizados e explorados pelos pesquisadores nesse conjunto específico de artigos.

4.2 OS PRINCIPAIS CONCEITOS DE INOVAÇÃO INCLUSIVA

Como se pode ler da revisão da literatura, a inovação, na sua forma tradicional é considerada importante para o crescimento econômico, mas apontada também como um fator contribuinte para o aumento das desigualdades econômicas e sociais (OECD,

2012; Papaioannou, 2014; Smith *et al*, 2012). Em resposta a dada realidade, as pesquisas que versam sobre tal fenômeno foram ganhando amplitude e novas formas de inovação ganharam espaço, surgindo assim a Inovação Inclusiva, que tem entre seus objetivos a remoção dos pobres da zona da pobreza, além de torná-los atores ativos no consumo e desenvolvimento de inovações.

Com vistas a entender melhor a conceituação de Inovação Inclusiva, foi elaborado um quadro (Quadro 2) conceitual com base na definição dos autores mais citados, os quais têm dedicado esforços para compreender não só os fundamentos da Inovação Inclusiva, mas seus impactos e dimensões. Foi acrescentado o conceito de Bryden *et al* (2017) por vincularem ao seu debate o trabalho pioneiro que tem sido feito por pesquisadores anteriores sobre inovação inclusiva, e apresentarem sua visão sobre dois tópicos muito debatidos na literatura de inovação inclusiva: a definição de "inovação inclusiva" e as implicações da definição para a pesquisa.

Quadro 2 – Conceitos de Inovação Inclusiva

Bryden *et al* (2017) **Inclusive innovation in the bioeconomy: concepts and directions for research.** É uma nova maneira de fazer as coisas; Voltada aos mais necessitados; Com o propósito de melhorar a vida dos mais necessitados; Pressupõe motivação e liderança dos mais necessitados no desenvolvimento e aplicação de soluções inovadoras para seus problemas; Demanda pré-condições institucionais para poder realizar seus propósitos.	**Foster; Heeks (2013)** **Conceptualising inclusive innovation: modifying systems of innovation frameworks to understand diffusion of new technology to low-income consumers.** É um meio pelo qual os novos bens e serviços são desenvolvidos; Voltada para bilhões que vivem com rendimentos mais baixos.
George; Mcgahan; Prabhu (2012) **Innovation for inclusive growth: towards a theoretical framework and a research agenda.** É um processo de desenvolvimento para benefício dos excluídos, podendo ser também um resultado de desempenho, ou seja, o produto final de uma ação	**Smith; Fressoli; Thomas (2014). Grassroots innovation movements: challenges and contributions.** É um processo direcionado a procedimentos dentro de comunidades

direcionada a melhoria do bem-estar social e econômico dos membros marginalizados da sociedade; Voltada ao benefício dos mais necessitados; Com o propósito de criar oportunidades que melhorem o bem-estar social e econômico dos membros da sociedade desprovidos dos seus direitos.	locais, o qual envolve a troca de conhecimento; Voltado às comunidades locais, em termos de conhecimento, processos e resultados envolvidos, sejam eles baseados em recursos, manufatura e serviços, seja em ambientes rurais ou urbanos.
Sonne, (2012) **Innovative initiatives supporting inclusive innovation in India: social business, incubation and micro venture capital.** É o processo contínuo de atualização usando novos conhecimentos ou a combinação de conhecimentos existentes; Um processo capaz de mobilizar e transformar através do conhecimento, que de forma contínua, interativa e com a participação dos atores de inovação.	**Gupta, (2012)** **Innovations for the poor by the poor.** É a capacidade de pessoas desfavorecidas desencadearem inovações criativas e "recombináveis" que podem estimular a criação de novas pedagogias, produtos e processos; Voltada ao benefício dos mais pobres; A acessibilidade plena dos mais pobres à inovação inclusiva demanda valorização do conhecimento tradicional e na aprendizagem com os inovadores de base.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2022).

Observando o Quadro 2, a inclusão refere-se tanto ao compartilhamento da melhoria das condições materiais de vida quanto a uma participação mais ampla nos processos de mudança. Alguns autores focam no objetivo de reduzir a desigualdade de renda por meio do aumento de sua renda. Mas, para outros, o foco principal é dar direitos, voz, condições e incentivos para os excluídos se tornarem participantes ativos em processos de desenvolvimento e inovação.

Foster e Heeks (2013) defendem que a inovação precisa ser inclusiva de duas maneiras: a partir do processo na qual é alcançada, e inclusiva em termos dos problemas e das soluções com a qual ela está relacionada. Em ambos os casos, abre-se a possibilidade de participação das “pessoas como ativas ou passivas, como produtoras ou consumidoras, como fabricantes ou tomadores, como atores ou clientes, etc.” (Johnson; Andersen, 2012, p.7).

Por isso, alguns tipos de inovação estão interessados também no desenvolvimento das pessoas e não apenas na inovação. Isso ocorre porque tipos específicos de inovação constituem meios de desenvolvimento e atendimento das necessidades básicas e não fins em si mesmos (Papaioannou, 2014).

Por conseguinte, para distinguir esses dois tipos de inclusão (passiva e ativa), temos que entender os dois principais conceitos da inovação. Estes incluem inovações "frugais", isto é, versões simplificadas de produtos tecnológicos existentes, e inovações "de base", isto é, inovações geradas por grupos de baixa renda baseadas no conhecimento tradicional e local que eles desenvolveram ao longo dos anos com as tecnologias disponíveis (Papaioannou, 2014).

Sengupta (2016) defende que qualquer modelo de inovação inclusiva precisa reconhecer a participação de todas as partes interessadas. De acordo com o autor, é necessário debater sobre a "inclusão" da inovação e torná-la mais participativa.

Portanto, uma compreensão completa de qualquer modelo de inovação inclusiva envolve, em primeiro lugar, o significado de "inclusão" (Sengupta, 2016). Assim sendo, para que a inovação seja inclusiva, ela deve viabilizar, dar os recursos para empoderar e conceder os direitos para a inclusão.

Inclusão e governança são palavras-chave em Pesquisa e Desenvolvimento (Fressoli *et al*., 2014). No entanto, deve haver cuidado no uso, especialmente no que diz respeito ao que conota "inclusão" e "governança"; esforçando-se para tornar esses termos mais abertos para incorporar pessoas e grupos excluídos em seu âmbito. Sengupta (2016) chama a atenção para a importância de entender a inclusão não apenas como presença, mas como participação ativa do máximo de membros de comunidades, classes e grupos marginalizados; eles devem ser capazes de falar e opinar de forma autônoma, sem pressão de qualquer agência ou estado. A diferença entre usar os termos "inclusão" e "governança" é crítica. Inclusão significa "ser incluído" como um grupo na esfera política do estado em que o estado se torna a agência decisiva para incluir ou não qualquer grupo. A governança, por seu turno, reconhece a pluralidade de partes interessadas e redes, desafiando assim o ‘‘conceito reificado de estado" (Bevir, 2010, p. 4).

A discussão sobre a relação entre inovação e desenvolvimento inclusivo atrai cada vez mais atenção na academia, nos negócios, nas instituições nacionais e internacionais que lidam com questões de desenvolvimento. Esse processo institucionaliza a inovação inclusiva como um campo científico.

A inovação inclusiva é um conceito que se manifesta de diferentes formas, mas que tem como centro a preocupação com a inclusão social. São inúmeras as demonstrações de inovação de base que surgem em todo o mundo ao longo de décadas e cujos movimentos sociais associados legaram práticas tão variadas com uma ideia insistente de que formas alternativas de inovação e desenvolvimentos sustentáveis são necessárias e possíveis (Smith *et al*., 2012). O que todos esses movimentos de inovação de base compartilham é um compromisso de ajudar as pessoas a acessar ferramentas para construir alternativas.

Certamente, uma investigação mais rigorosa e *insights* críticos são necessários para mostrar como as comunidades de base contribuem para melhorar os meios de subsistência das pessoas em comunidades de baixa renda. Além disso, questões também precisam ser levantadas sobre a possibilidade de promoção de tais inovações em países de alta renda.

No Brasil, talvez a iniciativa mais expressiva seja a Rede de Tecnologia Social (RTS), que desde 2004 vêm se consolidando como um conjunto de projetos e instituições interconectados como agências e empresas de desenvolvimento (Paula, 2009). A RTS colocou em pauta discussões a respeito dos modelos tecnológicos anteriores e a abordagem clássica das tecnologias convencionais e referenciando-as dentro de novos quadros de análise, reconhecidas atualmente como Tecnologias Sociais (TS) (Dagnino; Brandão; Novaes, 2004). No âmbito acadêmico, de acordo com Dagnino; Brandão; Novaes (2004) há mais de uma década já se estimava que mais de quarenta universidades tinham alguma relação com os movimentos das Redes de Economia Solidária (RESs), com as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e com a RTS. Para esses autores, esse movimento da RTS tem influenciado vários grupos de pesquisa a produzir conhecimento que levaram à reflexão sobre os rumos das TS no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse TCC teve por objetivo explorar os termos e conceitos relativos à inovação inclusiva na perspectiva de fornecer subsídios para conhecer como está se desenvolvendo a institucionalização cognitiva deste campo. Os objetivos específicos foram: Identificar os termos mais utilizados pela comunidade científica na sua comunicação; encontrar a distribuição da frequência das palavras-chave; apresentar uma sistematização dos conceitos referentes à Inovação Inclusiva, de forma a traçar as correlações conceituais vigentes entre os principais autores. Acreditamos que esses objetivos foram respondidos ao longo do trabalho de pesquisa.

Esse campo científico ganha reconhecimento em diversas esferas e se torna crucial na promoção da inclusão social. Dessa forma, os modelos de inovação inclusiva devem reconhecer a participação de todas as partes interessadas, tornando-a mais participativa e debatendo o significado de 'inclusão'. A inovação inclusiva deve capacitar e conceder os direitos necessários para a inclusão. Como já dito, a inclusão e governança são essenciais em Pesquisa e Desenvolvimento, mas é importante tornar esses termos mais abertos para incorporar pessoas e grupos excluídos. A diferença entre inclusão e governança reside em permitir a participação autônoma dos membros marginalizados, enquanto a governança reconhece a pluralidade de partes interessadas e redes, desafiando o conceito reificado de estado como a única agência decisiva.

A partir da leitura das ideias de cada autor, observou-se que os termos e conceitos apresentados carregam o significado referido do universo estudado por cada um deles, reunidos e consolidados nos objetivos da Inovação Inclusiva. Nessa trajetória, observa-se na sua composição, elementos que apontam para itens como fatos, propriedades, contextos, ações, objetos, etc, que, na esfera especializada da temática, é postulada uma similaridade em certas afirmações dentro do universo discursivo dos autores, embora cada um enfatize um termo com mais profundidade ou defenda um conceito em uma linha específica.

Nossa conclusão é que os conceitos e modelos estabelecidos demonstram aproximações aos preceitos da Inovação Inclusiva: uma ação de inovação para os mais necessitados; indivíduo “pobre” como beneficiário desta ação; a participação deste agente nos processos de inovação e o aceno positivo para o intercâmbio de comunicação, conhecimento e aprendizagem no decurso do processo.

A limitação deste estudo está na seleção das bases de dados, uma vez que nos concentramos na recuperação dos artigos sobre a temática da inovação inclusiva nas bases de dados da *Web of Science Core Collection* de *Clarivate Analytics* e *Scopus* por meio da interface do Portal de Periódicos da CAPES. Outrossim, ressaltamos aqui que em 2021, nosso projeto de Iniciação Científica visava usar as bases de dados de informação nacionais: Diretórios de Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq, *Scielo* e Plataforma Lattes.

Todavia, em uma análise realizada a partir de um levantamento feito na base de dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa, foi possível constatar a baixa participação de grupos de pesquisa brasileiros envolvidos em investigações e estudos acerca do fenômeno da Inovação Inclusiva. A busca foi realizada na base corrente do DGP, no qual foi inserido no campo de busca o termo “Inovação Inclusiva” , deixando a opção [todas as palavras], como critério de busca, além de indicar a consulta por grupos na opção [consultar por]. Para a referida busca o campo [nome do grupo], [nome da linha de pesquisa], [palavra-chave da linha de pesquisa] e situação [certificado] foram marcados como critérios de busca. Além disso, além da busca em âmbito nacional, também foram aplicados filtros para localização sendo assim no campo [Região], por exemplo, foi marcada a região Nordeste, no campo [UF] o estado de Pernambuco e no campo [instituição], a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Como resultado das buscas foram retornados: um grupo acerca de Inovação Inclusiva. Mudando a busca, foi inserido no campo de busca o termo “Inovação Inclusiva” e recuperados oito grupos acerca de Inovação Social, nos levando a refletir acerca da importância e utilização da base de dados DGP.

Assim, em acordo com a orientadora do projeto, o viés da pesquisa foi redirecionado, alterando seu objeto de estudo para o seguinte objetivo: Apresentar uma sistematização dos conceitos referentes à Inovação Inclusiva, de forma a traçar as correlações conceituais vigentes entre os principais autores. Abrangendo o período de publicações de 2000 a 2021, as buscas foram realizadas nas bases *Web of Science* e *Scopus* com a expressão de busca “inclusive innovation”. Parte desses resultados foram revistos, melhorados e trazidos para serem apresentados neste TCC.

REFERÊNCIAS

BEVIR, Mark. **The SAGE handbook of governance.** Berkeley, USA: University of California, 2010.

BRYDEN, John; GEZELIUS, Stig Strandli; REFSGAARD, Karen; SUTZ, Judith. Inclusive innovation in the bioeconomy: concepts and directions for research. **Innovation and Development**, v. 7, n. 1, p. 1–16, 2017.

CANIËLS, Marjolein C. J.; ROMIJN, Henny Ha. Does innovation matter for LDCs? Discussion and new agenda. **Procedures** at the Centre for Advanced Study (CAS) Workshop 'Innovation in Firms', Oslo, Norway, 30 October – 1 November, 2007.

CHATAWAY, Joanna; HANLIN, Rebecca; KAPLINSKY, Raphael. Inclusive Innovation: An architecture for policy development. **Innovation and Development,** v. 4, n. 1, p. 33-54, 2014.

CODAGNONE, Cristiano. **Vienna study on inclusive innovation for growth and cohesion.** Modelling and Demonstrating the Impact of EInclusion: Compendium to the Study Brussels. European Commission, 2009.

COZZENS, Susan; SUTZ, Judith. Innovation in informal settings: Reflections and proposals for a research agenda. **Innovation and Development,** v. 4, n.1, p. 5-31, 2012.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. *In:* FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL.**Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: FBB, 2004. 15-64 p.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ci. Inf.,** Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

FOSTER, Christopher; HEEKS, Richard. Conceptualising Inclusive Innovation: Modifying systems of innovation frameworks to understand diffusion of new technology to low-income consumers. **European Journal of Development Research**, v. 25, n. 3, p. 333–355, 2013.

FRESSOLI, Mariano.; AROND, Elisa.; ABROL, Dinesh.; SMITH, Adrian.; ELY, Adrian.; DIAS, Rafael. When grassroots innovation movements encounter mainstream institutions: implications for models of inclusive innovation. **Innovation and Development**, v. 4 n. 2, p. 277-292, 2014.

GEORGE, Gerard; MCGAHAN, Anita M.; PRABHU, Jaideep. Innovation for inclusive growth: towards a theoretical framework and a research agenda. **Journal of Management Studies**, v.49, n. 4, p. 661– 683. 2012.

GEREFFI, Gary; HUMPHEY, John; STURGEON, Timoty. The governance of global value chains. **Review of International Political Economy**, v. 12, n. 1, p. 78–104, 2005.

GUPTA, Anil K. Innovations for the poor by the poor. **Int. J. Technological Learning, Innovation and Development**, v. 5, n. 1-2, p. 28 – 39, 2012.

HEEKS, Richard; AMALIA, Mirta; KINTU, Robert; SHAH, Nishant. **Inclusive innovation**: Definition, conceptualisation and future research priorities**.** Manchester, IDPM Development Informatics. Working Papers; n.53, 2013. Disponível em: http://www.mspguide.org/sites/default/files/resource/di_wp53.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

HERNÁN, Thomas; FRESSOLI, Mariano. Technologies for social inclusion in Latin America: Analysing opportunities and constraints; problems and solutions in Argentina and Brazil. 2011. **Atlanta Conference on Science and Innovation Policy,** 2011, p. 1-17, doi: 10.1109/ACSIP.2011.6064490. Disponível em: https://smartech.gatech.edu/bitstream/handle/1853/42606/657-1817-2-PB.pdf. Acesso em: 20 ag. 2022.

JOHNSON, Björn; ANDERSEN, Allan Dahl. **Learning, innovation and inclusive development**: new perspectives on economic development strategy and development aid. Aalborg: Aalborg Universitetsforlag, 2012. (Globelics Thematic Report, v. 2011/2012).

KAPLINSKY, Raphael. Spreading the gains from globalisation: What can be learned from value chain analysis? **Journal of Development Studies,** v. 37, n. 2, p. 117 – 46, 2000.

LEWIS, W. A. Economic development with unlimited supplies of labor. **Journal of the Manchester School of Economics and Social Studies,** v. 20, p. 139–192, 1954.

LEWIS, Arthur. **A teoria do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Zahar Editores Forense, 1960.

MARTINS, Gracy Kelli. **Institucionalização cognitiva e social da organização e representação do conhecimento na Ciência da Informação no Brasil**. 2014. 184 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo, 2014.

HEEKS, Richard; FOSTER, Christopher; NUGROHO, Yanuar. New models of inclusive innovation for development. **Innovation and Development**, v. 4, n.2, p. 187-202, 2014.

OECD - ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **Innovation and inclusive development**: Conference Discussion Report, Cabo, South Africa 2011. Disponível em: http://www.oecd.org/sti/inno/oecd-inclusive-innovation.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

OECD. **Education at a glance 2013**: OECD Indicators. OECD Publishing, 2013. http://dx.doi.org/10.1787/eag-2013-en.

PAPAIOANNOU, Theo. How inclusive can innovation and development be in the twenty-first century? **Innovation and Development**, v. 4, n. 2, p. 187-202, 2014.

PAULA, Juarez de. RTS – Novos desafios. *In:* OTTERLOO, Aldalice et al. (Orgs). **Tecnologias Sociais:** caminhos para a sustentabilidade. Brasília: RTS, 2009. p. 130-137.

SCHUMACHER, Ernst Friedrich. **O negócio é ser pequeno**. 2. ed. Trad. Otávio Alves Velho. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

SZIRMAI, Adam; NAUDÉ, Wim; GOEDHUYS, Micheline. **Entrepreneurship, innovation, and economic development.** Oxford: Oxford University Press, 2011.

SEERS, Dudley. **The meaning of development.** Institute of Development Studies - IDS, Communication series n. 44, p. 1-26, 1969. Disponível em: https://www.ids.ac.uk/publications/the-meaning-of-development-2/. Acesso em: 2 set. 2022.

SEN, Amartya. **Development as freedom**. Oxford: Oxford University Press. 1999.

SENGUPTA, Papia. How effective is inclusive innovation without participation? **Geoforum**, v. 75, p. 12-15, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305829026_How_effective_is_inclusive_innovation_without_participation. Acesso em: 14 abr. 2022.

SMITH, Adrian; AROND, Elisa; FRESSOLI, Mariano; THOMAS, Hernán; ABROL, Dinesh. Supporting grassroots innovation: Facts and figures. **SciDev.Net.,** 3 May, 2012. Disponível em: https://www.scidev.net/global/features/supporting-grassroots-innovation-facts-andfigures/. Acesso em: 16 jul. 2021.

SONNE, Lina. Innovative initiatives supporting inclusive innovation in India: Social business incubation and micro venture capital. **Technological Forecasting & Social Change,** n. 79, p. 638–647, 2012. Disponível em: https://isiarticles.com/bundles/Article/pre/pdf/48179.pdf . Acesso em: 20 jun. 2021.

STIGLITZ, Joseph E. **The price of inequality:** How today's divided society endangers our future. New York: WW Norton & Company, 2012. 523 p.

SZIRMAI, Adam.; NAUDÉ, Wim.; GOEDHUYS, Micheline. **Entrepreneurship, innovation, and economic development**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

VOETEN, Jaap.; HAAN, Job de.; GROOT, Gerard de. **Is that innovation?** Assessing examples of revitalized economic dynamics among clusters of small producers in Northern Vietnam. Research Paper, 2009/053. Helsinki: UNU-WIDER, 2009.

WHITLEY, Richard. **Social processes of scientifii development.** London: Routledge and Kegan, 1974.